



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DE ALAGOAS – CAMPUS MACEIÓ**

ADAUTO SANTOS DA ROCHA

“FARINHA NOSSA DE CADA DIA!”:
mandiocultura e relações de trabalho Xukuru-Kariri no Posto Indígena
Irineu dos Santos 1952-1967)

MACEIÓ-AL
2022

ADAUTO SANTOS DA ROCHA

“FARINHA NOSSA DE CADA DIA!”:
mandiocultura e relações de trabalho Xukuru-Kariri no Posto Indígena
Irineu dos Santos 1952-1967)

Trabalho apresentado ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* – Especialização em História de Alagoas do Instituto Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de especialista em História de Alagoas.

Orientador: Prof. Dr. Amaro Hélio Leite da Silva.



**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação Instituto Federal de Alagoas
Campus Maceió
Biblioteca Benevides Monte**

R672f Rocha, Aduino Santos da.
“Farinha nossa de cada dia!”: mandiocultura e relações de
trabalho indígena Xukuru-Kariri no Posto Indígena Irineu dos
Santos (1952-1967) / Aduino Santos da Rocha – 2022.
27f. il.

Orientação: Prof. Dr. Amaro Hélio Leite da Silva.
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em
História de Alagoas) – Instituto Federal de Alagoas, Campus
Maceió, Maceió, 2022.

Arquivo no formato digital em PDF do trabalho acadêmico.

1. Xukuru-Kariri – Povo indígena – Palmeira dos Índios.
2. Indígena – Exploração. 3. Reconhecimento étnico. 4.
Mundos do trabalho. I. Título.

CDD: 981.35

Nalva Maria Amaral
Bibliotecária – CRB – 4/989

ADAUTO SANTOS DA ROCHA

“FARINHA NOSSA DE CADA DIA!”:
mandiocultura e relações de trabalho Xukuru-Kariri no Posto Indígena
Irineu dos Santos 1952-1967)

Trabalho apresentado ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* – Especialização em História de Alagoas do Instituto Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de especialista em História de Alagoas.

Aprovado em: 12/05/2022

Conceito Obtido: 10,0

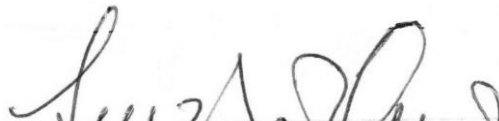
AVALIADOR



Prof. Dr. Amaro Hélio Leite da Silva (Orientador)

Instituto Federal de Alagoas

AVALIADOR



Prof. Dr. Luiz Sávio de Almeida (membro interno)

Instituto Federal de Alagoas

AVALIADOR



Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto (membro externo)

Universidade Estadual de Alagoas

“FARINHA NOSSA DE CADA DIA!”:
mandiocultura e relações de trabalho Xukuru-Kariri no Posto Indígena
Irineu dos Santos 1952-1967)

Aduino Santos da Rocha¹

RESUMO

Em 1952, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), por intermédio de agentes estatais, lideranças indígenas e aliados ligados à Igreja Católica Romana e a outras instituições, reconheceu etnicamente o povo indígena Xukuru-Kariri e adquiriu uma faixa de terras em Palmeira dos Índios, município do Agreste/Semiárido de Alagoas, culminando na formação da Aldeia Fazenda Canto. O SPI atuou naquela região até 1967, representado pelo Posto Indígena Irineu dos Santos. A partir de então, as ações indigenistas do Estado tornaram-se responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Portanto, nesse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), discutimos as relações trabalhistas envolvendo os indígenas Xukuru-Kariri e o Estado brasileiro durante a atuação do SPI, centrando em experiências indígenas na casa de farinha e nas plantações de mandioca da Aldeia Fazenda Canto ao longo do período anteriormente mencionado, buscando refletir sobre as diversas formas de exploração da mão de obra indígena e de como um estudo sobre as atuações Xukuru-Kariri na mencionada unidade produtora poderia revelar outras faces dos mundos do trabalho na segunda metade do século XX. Para tanto, realizamos pesquisas documentais em diversas instituições, com destaque para o acervo do Museu do Índio (Rio de Janeiro); acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL) e acervo Carlos Estevão de Oliveira, pertencente ao Museu do Estado de Pernambuco (MEPE). Dialogando com uma bibliografia que reconhece os ativos papéis ocupados pelos povos indígenas na História, acreditamos que esse texto contribua para revelar contextos históricos que foram, por muito tempo, esquecidos por historiadores e especialistas no tema.

Palavras-chave: Reconhecimento étnico. Exploração. Mundos do Trabalho. Xukuru-Kariri. Palmeira dos Índios.

¹Graduado em História pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Campus III, em Palmeira dos Índios; Especialista em História de Alagoas pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Campus Maceió; Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); atua como docente no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLIND) da UNEAL. E-mails: adautorocha49@gmail.com – adauto.rocha@uneal.edu.br

ABSTRACT

In 1952, the Indian Protection Service (SPI), through state agents, indigenous leaders and allies linked to the Roman Catholic Church and other institutions, annotated the Xukuru-Kariri indigenous people and acquired a strip of land in Palmeira dos Índios, a municipality of Agreste/Semiarid de Alagoas, culminating in the formation of the Aldeia Fazenda Canto. The SPI operated in that region until 1967, represented by the Irineu dos Santos Indigenous Post. Since then, the indigenistic actions of the State have become the responsibility of the National Indian Foundation (FUNAI). Therefore, in this Course Conclusion Paper (TCC), we discuss the labor relations involving the Xukuru-Kariri indigenous and the Brazilian State during the work of the SPI, focusing on indigenous experiences in the flour house and cassava plantations of Aldeia Fazenda Canto over the aforementioned period, seeking to reflect on the various forms of exploitation of the indigenous labor force and as a study on the Xukuru-Kariri actions in the aforementioned production unit could reveal other faces of the worlds of work in the second half of the 20th century. collection of the Research Group on Indigenous History of Alagoas (GPHIAL) and collection Carlos Estevão de Oliveira, belonging to the Museum of the State of Pernambuco (MEPE). Dialoguing with a bibliography that recognizes the active roles occupied by indigenous peoples in history, we believe that this text contributes to revealing historical contexts that have long been forgotten by historians and experts on the subject.

Keywords: Ethnic recognition. Exploitation. Worlds of Work. Xukuru-Kariri. Palmeira dos Índios.

Data de Submissão: 02/05/2022. Data de aprovação: 12/05/2022.

Considerações iniciais

Nas últimas décadas, fruto de novas abordagens historiográficas, antropológicas e sociológicas em diálogo com os povos indígenas, um conjunto de pesquisadores/as passou a enxergá-los como protagonistas nos dinâmicos processos históricos regionais e nacionais. Não por acaso, temas como: formação do Estado nacional; produção e reprodução de mão de obra; recrutamentos para obras públicas e serviços de guerra; mobilizações pelo reconhecimento étnico; formas de resistência contra a Ditadura Civil-Militar de 1964; participações na Assembleia Nacional Constituinte de 1988, dentre outros, contribuíram para povoar o imaginário social e político do Brasil.

Em Alagoas, novas formas de conceituar as históricas atuações indígenas foram sendo incorporadas aos textos acadêmicos (a exemplo do grupo “Índios de Alagoas”)² e, aos poucos, fontes primárias, secundárias e orais compuseram parte de reflexões historiográficas que serviram como base para fortalecer as mobilizações indígenas em busca de direitos reconhecidos constitucionalmente, tais como a demarcação territorial, educação e saúde diferenciadas - atendendo às especificidades étnicas -, dentre outros direitos reiteradamente negados pelo poder público e por grupos oligarcas que, política e socialmente, comandam o estado desde o período colonial.

Portanto, tendo como pressuposto as novas análises e formas de refletir sobre os povos indígenas no Brasil e em Alagoas, conforme citado anteriormente, esse texto versará sobre as relações de trabalho e formação do campo de atuação indigenista entre indígenas Xukuru-Kariri, em Palmeira dos Índios, Semiárido/Agreste de Alagoas, durante o período de gerência do então Serviço de Proteção aos Índios (SPI) na região. O recorte temporal escolhido para a pesquisa compreende o período entre os anos 1952 e 1967. A primeira data representa a conquista de um posto indígena do referido órgão, instalado em Palmeira dos Índios durante a formação da Aldeia Fazenda Canto, contexto histórico que será discutido com mais profundidade em outras partes do texto. Já a segunda, representa a extinção do SPI e substituição das atividades indigenistas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Desse modo, a documentação que analisamos está temporalmente limitada a esse recorte.

Desse modo, nossa pesquisa não se esgotou em apenas uma ou duas fontes

²O Grupo de Pesquisas “Índios de Alagoas”, coordenado pelo professor Dr. Luiz Sávio de Almeida, há mais 20 anos organiza eventos e publicações que incluem indígenas e outros grupos subalternizados como partícipes em processos históricos do estado. A produção do grupo, ainda em curso, resultou na coletânea “Índios do Nordeste: temas e problemas”, livros publicados com especialistas e convidados de importantes universidades e centros de pesquisa em níveis nacional & internacional.

documentais. Nosso intuito foi analisar o máximo de material escrito sobre as relações de trabalho na Aldeia Fazenda Canto durante o período mencionado. Para tanto, nos amparamos em fontes primárias e secundárias disponíveis em vários repositórios, com destaque para os acervos do Museu do Índio e do GPHIAL, citados ao longo do texto. Contudo, cabe mencionar que boa parte dos documentos consultados durante as pesquisas e utilizados no texto, de alguma forma, estão relacionados à categoria trabalho. Por ela, outros temas importantes para a vida em comunidade eram postos em cena, tais como: política; controle sanitário; dominação; resistência; práticas agrícolas, etc.

A dinâmica do trabalho na localidade, aliada a farta quantidade de menções sobre a construção de uma casa de farinha e as discussões de como seria construída e quem regeria a mão de obra dos aldeados, nos levou a levantar a hipótese de que a formação de uma estrutura produtiva permeada por distintos sentidos poderia refletir, de certa forma, em como o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) interagia com os indígenas, considerando os interesses do Estado em controlar a força produtiva dos aldeados, de modo a “transformá-los”, gradativamente, em trabalhadores qualificados e sem direitos etnicamente assegurados. Por outro lado, buscando sobrevivência física e étnica, os Xukuru-Kariri reagiram às ações estatais, usando a estrutura precariamente formada como subsídio para a permanência na localidade.

Para quem conhece boa parte da história do Nordeste, tendo como subsídio produções literárias ou histórias de vida, afirmar que o consumo de farinha formava as bases fundamentais para a alimentação de grupos menos favorecidos desde o período colonial não seria nenhuma novidade. Aliás, o historiador Luiz Felipe de Alencastro (2000), no clássico “O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul”, discutiu o tema com muito mais profundidade, inclusive descrevendo a formação de um mercado próprio na América portuguesa. Entretanto, o que se espera com esse texto é a busca pela centralidade do trabalho na formação e organização social de um território indígena do interior de Alagoas no contexto republicano, a partir do cultivo de mandiocas e significativa produção farinheira.

Desse modo, a pesquisa realizada enfocou a análise de uma estrutura social agrícola importantíssima para compreendermos o universo Xukuru-Kariri ao longo da segunda metade do século XX: a casa de farinha na Aldeia Fazenda Canto. Além de ter sido o alimento mais demandado e consumido pelos indígenas durante o mencionado período, compreender o circuito de produção farinheira na aldeia significa, por um lado, entender as dinâmicas de atuação do SPI na localidade e os usos da mão de obra indígena pelo órgão estatal. Por outro, a reivindicação pela construção de uma pequena indústria na aldeia pôde revelar um

emaranhado de ações e interesses escamoteados no discurso de necessidade da estrutura física da casa de farinha.

Assim como qualquer pesquisa acadêmica comprometida com um certo nível discursivo, buscamos refletir sobre o contexto estudado tendo como pressuposto textos produzidos em períodos anteriores. No caso específico, quatro dissertações de mestrado foram consideradas importantes para compreendermos os distintos contextos históricos nos quais os Xukuru-Kariri estiveram envolvidos, com destaque para a segunda metade do século XX e a transição para o tempo presente.

“Os caminhos da aldeia: índios Xukuru-Kariri em diferentes contextos situacionais”, escrita pela antropóloga Sílvia Martins (1994) e “A (des)territorialização do povo Xukuru-Kariri e o processo de demarcação das terras indígenas no município de Palmeira dos Índios – Alagoas”, da geógrafa Maria Ester Ferreira da Silva (2004) apresentaram um panorama geral de como as ações e atuações do SPI refletiram nas tomadas de decisões dos indígenas em períodos posteriores à 1967, demonstrando, inclusive, as reformulações do campo de trabalho e formação da mão de obra na Aldeia Fazenda Canto.

Em perspectivas temporais distintas, “Aldeando sentidos: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no agreste alagoano”, do historiador Aldemir Barros da Silva Júnior (2007), publicada como livro pela Editora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 2013, na coletânea “Índios do Nordeste: temas e problemas”, volume XV; e “Memórias e imagens em confronto: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá”, do historiador e antropólogo José Adelson Lopes Peixoto (2013), publicada como livro em 2019, foram enfáticas ao demonstrar o emaranhado de relações envolvendo os indígenas. Em grande medida, os dados e informações que apresentaremos ao longo desse texto estão centrados em reflexões iniciais fomentadas nas mencionadas pesquisas.

Desse modo, o texto de Silva Júnior (2013) contribuiu para as problematizações e reflexões que fizemos acerca do trabalho Xukuru-Kariri na lavoura mandiocqueira e na produção farinheira na Aldeia Fazenda Canto. Acreditamos que seria impossível discutir as interações com o SPI sem a categoria trabalho, pela centralidade do debate por ocasião das reiteradas citações na documentação analisada e na literatura especializada, tal como no estudo citado anteriormente.

Portanto, buscando compreender a dinamicidade e a centralidade da categoria trabalho para os territórios indígenas em Alagoas, dialogamos com a dissertação de mestrado “Serra dos perigosos: o encontro entre índios e revolucionários de esquerda no Alto Sertão de

Alagoas (década de 60)”, escrita pelo sociólogo e historiador Amaro Hélio Leite da Silva (2005) e publicada como livro em 2007, também integrante da coletânea “Índios do Nordeste: temas e problemas”, volume VII³. Dela, extraímos formas de compreender a exploração do trabalho indígena pelo Estado; a formação de uma estrutura fundiária pensada com e para o latifúndio, contraposto aos indígenas Jiripankó no Alto Sertão de Alagoas, similar ao caso Xukuru-Kariri; a profunda vinculação indígena ao território, dentre outros temas que serão utilizados em outras partes do artigo.

No decorrer das próximas páginas, apresentaremos contextos situacionais envolvendo os Xukuru-Kariri nos mundos do trabalho rural na segunda metade do século XX. Entretanto, é necessário não perder de vista a contribuição da pesquisa para a compreensão de outras atuações envolvendo povos indígenas geridos pela excludente e perversa lógica estatal de exploração da força de trabalho. O texto, portanto, é um convite às reflexões sobre a história indígena no interior de Alagoas.

Nota introdutória ao contexto pesquisado

Localizada na zona rural de Palmeira dos Índios, município do Agreste/Semiárido de Alagoas, distante cerca de 130 km de Maceió, capital do estado, a Aldeia Fazenda Canto foi reconhecida como território indígena Xukuru-Kariri desde meados de 1952⁴. Período em que ocorreu uma mobilização indígena pelo reconhecimento étnico, liderada pelo então Cacique Alfredo Celestino e apoiada por importantes personalidades políticas e sociais da época, tais como o Monsenhor Alfredo Dâmaso, pároco de Bom Conselho, Pernambuco e o Cônego Medeiros Neto, Deputado Federal por Alagoas (BEZERRA, 2020; SILVA JÚNIOR, 2013).

A junção de forças políticas e religiosas resultou na aquisição de uma propriedade rural nas cercanias da cidade, sendo, posteriormente, reconhecida como território indígena e servindo como ponto de fortalecimento e refúgio para 13 famílias Xukuru-Kariri dispersas e reunidas naquela localidade a convite do Cacique que articulou a aquisição territorial. No início do processo de formação da aldeia, o SPI instalou o Posto Indígena Irineu dos Santos na localidade como instituição de amparo e controle social regida por ação governamental.

³No caso específico, Amaro Hélio da Silva (2005) estudou o envolvimento dos indígenas Jiripankó, habitantes no Alto Sertão alagoano, com a chamada Ação Popular, organização político-social vinculada à Igreja Católica Romana, disposta a usar armas de fogo contra a Ditadura Civil-Militar instaurada no Brasil em princípios de 1964. Para mais informações, ver: (SILVA, 2005).

⁴De acordo com um pesquisador local, as cercanias pertencentes aos Xukuru-Kariri eram formadoras de “[...] um aldeamento dos índios Xucuru, que ali se estabeleceram no fim da primeira metade do século XVII” (TORRES, 1973, p. 28).

Dentre outras funções, cabia ao Posto administrar roças e produções agrícolas dos indígenas, tais como as de mandioca, embora a estruturação social da aldeia nem sempre fosse minimamente adequada para a permanência dos aldeados, como mencionado por Antunes (1973) e discutido mais adiante.

Outros autores, como Martins (1994) e Silva Júnior (2013), afirmaram que as condições de habitação na localidade não eram as mais cômodas possíveis. Apesar da posse da terra representar um avanço dos Xukuru-Kariri face ao processo de subalternização étnica imposto pelo Estado, havia muito a se fazer para tornar a Aldeia Fazenda Canto um lugar apropriado para começarem a viver em comunidade e, efetivamente produzir cereais e tubérculos, tais como a mandioca.

O solo infértil pelas dezenas de anos ocupado com plantações de capim, as poucas fontes de água potável e a disseminação de patologias e epidemias de difícil controle e erradicação para a época eram algumas das dificuldades que os indígenas inicialmente enfrentavam na localidade. Surto de varíola, febres e gripes que provocavam preocupantes índices de mortalidades eram comuns quando do período inicial de formação da aldeia (ROCHA, 2020).

Outras preocupações, de ordem climática e territorial também foram motivos para colocar em xeque a efetiva estada dos indígenas na região. Dados pluviométricos analisados por Rocha (2020) demonstraram uma baixa incidência de chuvas na Aldeia Fazenda Canto entre 1952 e 1967, prejudicando as poucas roças e forçando os indígenas a migrarem ou a trabalharem em fazendas da região por salários irrisórios. Somando-se ao descaso apresentado o fato de o ex-proprietário das terras vendidas ao SPI, o então Prefeito Manoel Sampaio Luz, conhecido como “Juca” Sampaio, ter repassado apenas 276 dos 346 hectares vendidos, conforme evidenciou Martins (1994) e Silva Júnior (2013).

A falta de transparência no repasse territorial prejudicou sistematicamente a ampliação dos campos de cultivo na aldeia e, conseqüentemente, a possibilidade de práticas agrícolas com produções diversificadas. Portanto, situada no contexto social apresentado anteriormente, era importante solicitar do Estado medidas que acarretassem em um melhor aproveitamento do solo na Aldeia Fazenda Canto e, conseqüentemente, melhoramento e ampliação das áreas que produziam mandiocas com certa proeminência na localidade.

Nos pedidos pela casa de farinha, encaminhavam-se outras informações à 4ª Inspeção Regional do SPI (IR-4), sediada no Recife, ao tempo em que distintas demandas também eram postas pelos inspetores do posto indígena. Portanto, o caráter abrangente de uma mesma

instituição, no caso, a casa de farinha, poderia atender aos anseios dos indígenas e do Estado paralelamente.

A pesquisa foi realizada a partir de documentos produzidos pelo SPI, disponíveis no acervo do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, e também acervos do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL)⁵, sediado no Campus III da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), em Palmeira dos Índios, e da Biblioteca Pública Municipal Graciliano Ramos, sediada no mesmo município. Com o estudo ora apresentado, pretendemos contribuir com as reflexões sobre as interações e conflitos entre indígenas, o SPI e as relações de trabalho na segunda metade do século XX, com enfoque para os Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios.

A casa de farinha e o duplo jogo de interesses

No livro “Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil”, Antonio Carlos de Souza Lima (1995) afirmou:

As *reservas* são também mananciais de riquezas (terras para agricultura, pecuária e extração de minerais, florestas para extração de madeiras, borracha, castanha etc.) mantidas pela administração tutelar para exploração direta ou indireta (através de arrendamento) sempre em suposto benefício dos nativos e utilizando seu trabalho (LIMA, 1995, p. 76).

Na Aldeia Fazenda Canto, à semelhança do que ocorria em outras regiões do país, a formação de uma “reserva”, conforme afirmou Souza Lima (1995), também seguia os mesmos padrões de tratamento levados à cabo pelo SPI durante os processos de criação dos postos indígenas. Na prática, a ocorrência de arrendamentos e utilização da mão de obra indígena aparentava fazer parte de um projeto nacional de aproveitamento dos aldeados para a chamada “integração aos nacionais”, processo que previa a alteração da condição de indígena aldeado para trabalhador mediante inserção nos mundos do trabalho, como se fossem categorias dissociadas e impossíveis de serem mantidas em um mesmo ser (ROCHA, 2020).

A rigor, a produção farinheira pelos indígenas deveria ser negociada sem que eles

⁵Coordenado pelo professor Dr. José Adelson Lopes Peixoto, o GPHIAL tem se consolidado como um importante e proativo grupo de pesquisas sobre os povos indígenas em Alagoas. A vasta produção dos membros, em diálogo com especialistas de importantes universidades nacionais & internacionais, está disponível de forma gratuita no seguinte endereço: <https://www.gphial-uneal.com.br/>

participassem e/ou recebessem somas pelo árduo trabalho. No duplo jogo de interesses, o que os dirigentes do Posto esperavam, conforme orientações do órgão indigenista, era a transição dos Xukuru-Kariri para a condição de trabalhadores rurais, desprovidos de políticas específicas para povos indígenas. A linha transitória, nesse sentido, deveria ter como cerne o trabalho.

Já para os indígenas, possuir a casa de farinha como unidade mista, ou seja, gerida pelo SPI e posta em funcionamento pelos Xukuru-Kariri, seria uma possibilidade de independência trabalhista e fortalecimento das finanças indígenas, gerando, por conseguinte, a aquisição de outros bens necessários para a estada nas terras conquistadas com esforço e mobilização social.

Ao discutir as variadas formas como o trabalho foi sendo construído e os significados entre os ingleses ao longo do século XVIII, o historiador britânico Edward Palmer Thompson (1998) afirmou que o uso comum de equipamentos geradores de bens consumíveis e, portanto, de renda, funcionava como forma de manter as unidades produtivas em desordem, atendendo a lógicas que feriam o controle estatal⁶.

Para os Xukuru-Kariri, usar a casa de farinha na perspectiva comunal, ou seja, com uma sistemática própria pautada na equidade, feria os princípios norteadores dos dirigentes que a administravam, pois, estes apenas visavam o lucro e o controle da mão de obra dos aldeados, usando o discurso de que o equipamento recém instalado seria um motor de evolução da comunidade, conforme apontado em vários documentos. Na prática, para o SPI, o equipamento produtivo funcionava como mecanismo de restrição ao uso da terra e de implementos agrícolas pelos indígenas. Em outras palavras, fortalecia a dominação dos grupos menos favorecidos (SCOTT, 2013).

Não seria exagero pensar que a montagem de uma estrutura aproveitando a mão de obra indígena também funcionasse como embrião para o Estado ter, em um processo contínuo e sistemático, grupos de trabalhadores rurais qualificados, baratos e disponíveis para enfrentar as extensas jornadas de serviço debaixo do sol escaldante assolando a região em prolongados períodos do ano.

Assim como ocorria em outros postos indígenas, a estratégia utilizada pelos dirigentes do Posto Irineu dos Santos para solicitar aos superiores a construção da casa de farinha era o envio de documentos escritos e comunicações telegrafadas à IR-4, sediada no Recife. A troca de correspondências através de canais oficiais colocava em questão o entrelaçamento das

⁶Ver: (THOMPSON, 1998, p. 93).

informações em nível local, regional e nacional, de modo que o seletivo grupo gerindo os campos de atuação do SPI tomava conhecimento sobre as principais ocorrências nos territórios, de acordo com os interesses daqueles que redigiam os documentos, como os inspetores que cuidavam dos postos e emitiam ordens expedidas pelo órgão indigenista para serem cumpridas nos territórios⁷.

Ao que parece, a produção documental referente ao Posto Irineu dos Santos foi criada para atender a, pelo menos, dois sentidos. Em primeiro lugar, fornecer dados importantes para o pleno funcionamento da estrutura estatal na Aldeia Fazenda Canto através do amparo burocrático. E em segundo: produzir registros numéricos ou estatísticos para exigir a aquisição de equipamentos agrícolas e prestar assistência escolar, hospitalar e habitacional. Também servindo como um canal propício para a realização de denúncias sociais vivenciadas pelos indígenas.

Naquele período, os Xukuru-Kariri viviam em degradantes habitações e, reiteradas vezes, eram acometidos por patologias infecciosas, alastradas pela condição de vulnerabilidade e malversação do aparelho estatal. Portanto, os documentos oficiais, paradoxalmente, atendiam aos anseios dos indígenas, como quando informavam sobre a falta de estrutura habitacional, exigência na aquisição de medicamentos e abertura de açudes para mitigar as estiagens em períodos de formação da Aldeia Fazenda Canto.

No próximo tópico, utilizaremos a documentação produzida pelo posto para discutir como o SPI fazia uso do aparelho estatal para mediar e tentar imputar aos indígenas a formação de grupos designados para a reestruturação da Aldeia, em consonância com as exigências para construção da casa de farinha. Será nosso intuito, ainda, arrolar dados sobre outras produções alimentícias, criação de animais usados no posto e outros aspectos como formas de construção do campo de atuação Xukuru-Kariri nas primeiras décadas após o aldeamento oficial.

A formação do campo produtivo e construção da casa de farinha

As terras da localidade recém adquirida eram minimamente providas de cobertura vegetal e, nos parques cercados malcuidados, predominava a presença de ervas nocivas que prejudicavam o desenvolvimento agropastoril e, eventualmente, provocavam a morte de

⁷Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de agosto de 1954. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 169. Planilha 01, Fotograma 68.

animais. Durante a estada em Palmeira dos Índios para negociar a área destinada a organização social indígena, Deocleciano de Souza Nenê, Inspetor do SPI, registrou a presença de “hervas” danosas encontradas em boa parte da propriedade:

A pastagem não é de toda má, predomina o ‘gramão’, ‘graminha’, mas grande parte está coberta de ‘jurubeba’, ‘vassourinha’, e ‘engana Manoel’ (nome que me deram ali), porém, o pior é uma herva(sic) que denominam ‘HERVA TATU’, que é venenosa, não se podendo recolher o gado com muita fome nos pastos, porque a criação com fome coma tudo que encontra, e é na certa morrer⁸.

Ao longo dos anos, os dirigentes do Posto Irineu dos Santos se esforçaram para que a IR-4 oportunizasse o emprego da mão de obra indígena em atividades desempenhadas na Aldeia Fazenda Canto. Na maioria das vezes, além de haver uma distinção nos registros oficiais, os bens pertencentes ao Posto superavam em quantidade aqueles sob posse dos Xukuru-Kariri. Para o SPI, era lucrativo manter uma certa quantidade de indígenas trabalhando diuturnamente para atender às demandas do crescimento material da “reserva indígena”, gerida pelo aparelho estatal.

Entre 1952 e 1955, procurou-se estruturar a sede administrativa do Posto Irineu dos Santos, tomando como sustentáculo aspectos que possibilitassem autossuficiência hídrica e alimentar. Em alguns dos documentos analisados, evidenciamos a construção e manutenção de açudes e o intensivo tratamento do solo para fomentar a produção cerealista, embora fosse, em partes, um modelo de economia de subsistência em dissonância com as condições climáticas locais, enraizadas em períodos de longas estiagens e supressão agrícola.

Com a gerência do SPI, alguns equipamentos agrícolas foram adquiridos, a fim de melhorar o processo laboral. Registros fotográficos da época apresentaram o emprego de uma parrelha de bois arando terras para o plantio de cereais e dinamização do trabalho. A utilização de crianças nos trabalhos na Aldeia apareceu reiteradas vezes na documentação analisada, como na fotografia a seguir, conduzindo os bois, enquanto um indígena adulto guia o arado durante a feitura de sulcos para as semeaduras. Crianças dispersas da escola que, na prática, estavam sendo reguladas e disciplinadas pelos regrados trabalhos agrícolas com o regime de parceira, atuando nas plantações de outros indígenas como troca de diárias ou nos minguaos roçados administrados pelos pais e controlados pelo Estado.

⁸Relatório de Deocleciano de Souza Nenê, ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI. Palmeira dos Índios, maio de 1952. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 169. Microfilme 179, fotog. 35/37 e 50.



Bois do Posto Indígena Irineu dos Santos, s/d.
Foto: Autor desconhecido.
Fonte: MEPE/acervo Carlos Estevão de Oliveira.

A princípio, o foco de atuação do SPI na Aldeia Fazenda Canto centrou-se no melhoramento da estrutura funcional e aquisição de bens necessários para a plena realização das atividades burocráticas, como os recorrentes pedidos de um “birout” e de uma máquina datilográfica a IR-4⁹. Após três anos de reconhecimento estatal, boa parte das terras da localidade tornaram-se proveitosas e surgiu a proposta de criar uma unidade produtiva para reger as relações de trabalho e envolver crianças, homens e mulheres em um sistema de produção com rígida divisão social e formação do “bom” trabalhador indígena, ou seja, aquele que atendesse aos anseios do SPI, preferencialmente, desacreditado do poder de se mobilizar; trabalhando por excessivas jornadas sem reclamar; e, sobretudo, em degradantes atividades.

A alternativa encontrada pelos Inspetores do Posto Irineu dos Santos foi a criação de uma “indústria” local para o processamento das abundantes raízes de mandiocas, plantadas pelos Xukuru-Kariri logo após o aldeamento. A formação de uma “casa de farinha” colocava em questão o envolvimento de variados atores sociais, tais como crianças, jovens e adultos indígenas, no trato de uma planta tuberosa usada como base alimentar na Aldeia, cuja transformação até a farinha possibilitava o aproveitamento de todos os insumos acumulados ao longo do processo.

Na prática, a instalação de uma pequena indústria previa o uso das cascas e do caldo

⁹Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de julho de 1953. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 169. Planilha 01, Fotograma 08.

da mandioca na alimentação de algumas reses mantidas pelos indígenas e como adubo orgânico; já os caules, conhecidos como “manivas”, eram utilizados para o plantio de novas roças. Por se tratar de uma atividade complementar, pelo regime sazonal de produção, as “farinhadas” eram utilizadas de forma pluriativa pelos indígenas, ou seja, quando não havia atividades que fornecessem condições de permanência no território, muitos indígenas migravam para trabalhos em centros urbanos de Alagoas e do Sudeste.

Para o SPI, a casa de farinha era um “laboratório” de disciplina trabalhista e produção de mão de obra, pois, de acordo com Silva (2005): “é da lógica do capitalismo subordinar todas as formas de produção, mas ele permite formas de vida que são aparentemente alternativas; contudo, estão subordinadas à lógica do capital” (SILVA, 2005, p. 65). Portanto, cabia ao SPI a subordinação e regência da suposta atividade alternativa dos Xukuru-Kariri.

No primeiro trimestre de 1955, Mário da Silva Furtado, Encarregado do Posto Irineu dos Santos, elaborou projetos para a formação de alguns espaços sociais destinados ao convívio e controle dos indígenas e redigiu um relatório, apresentando as difíceis condições laborativas e educacionais vivenciadas na Aldeia Fazenda Canto. Na ocasião, requisitou recursos para a construção de uma “casa de farinha”, unidade produtiva que beneficiaria os aldeados e facilitaria a produção de um alimento basilar para a localidade¹⁰:

Ao concluir este relato, quero pedir vênias, para fazer um apelo a essa Chefia, para que com as próximas verbas mande construir uma casa de farinha neste Pôsto, que vem beneficiar em grande parte os índios, pois os mesmos lutam com tremenda dificuldade para fabricar a farinha, produto quase que baze de sua alimentação. [...] Acreditamos que essa zelosa Chefia, não vai deixar de atender o nosso justo apelo, queremos antecipar os nossos agradecimentos por tudo quanto fizer em benefício dos nossos tutelados¹¹.

Após seis meses de espera malsucedida, o relatório das atividades do Posto referente ao terceiro trimestre de 1955 informou a distribuição de 599 litros de leite e 200 kg de sementes de algodão. O empenho agrícola dos aldeados rendera, no referido período, a colheita de 1200 espigas de milho verde, 65 “balaios” de fava e 600 pés de alface, além do vasto e ocioso mandiocal, cuja produção preocupou os dirigentes do Posto e influiu na requisição da casa de farinha:

¹⁰Aproximadamente no mesmo período pesquisado, o povo Xukuru do Ororubá, habitando atualmente em Pesqueira e Poção, no Semiárido de Pernambuco, produziu grandes quantidades de farinha nas cercanias do Posto Indígena Xucuru, sob a incumbência do SPI. Ver SILVA, 2017, p. 293.

¹¹Relatório de Mário da Silva Furtado à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 02 de março de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 169. Planilha 02, fotog. 41-42.

Concluindo este Relatório, quero pedir venia, para dizer a essa zelosa Chefia, do desejo dos índios deste P.I. a meu cargo, no sentido de que seja contruída uma casa de farinha, para o aproveitamento de mandiocas, que é, atualmente a base da alimentação e que cultivaram em larga escala¹².

Sem retorno positivo, em fins de setembro do mesmo ano Mário da Silva Furtado endereçou outro documento à IR-4, informando a iminente necessidade de desobstrução do “açude das Baraunas” para armazenar o “precioso líquido” em meio ao período de estiagens prolongadas assolando a região. No proveito da oportunidade, solicitou da “Chefia” a construção da casa de farinha, para complementar a renda obtida no trato de 22 bovinos, três muaras, dois equinos e um asinino, além dos 260 hectares de pastagens, 12 de roçado e 12 de palma forrageira, plantados e mantidos pelos indígenas¹³.

Junto aos pedidos da casa de farinha se encaminhavam distintas demandas. Era necessário mostrar o indígena como trabalhador incapacitado pela falta de estrutura para o constructo de outros benefícios possíveis, com a ampliação de atendimento médico, parcerias com profissionais de diferentes áreas e, primordialmente, exigência na construção de casas. Em uma fotografia registrada durante a atuação do SPI em Palmeira dos Índios, são notórias a falta de assistência e a visível precariedade nas habitações, utilizadas para o convívio de numerosas famílias, como a que foi retratada, somando 13 indígenas. Desse modo, havia uma larga dicotomia entre o Estado e a precariedade da vida cotidiana:



¹²Relatório de Mário da Silva Furtado à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 03 de setembro de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 169. Planilha 02, fotograf. 50.

¹³Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de setembro de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 169. Planilha 01, Fotograma 148.

Família Xukuru-Kariri no Posto Indígena Irineu dos Santos, s/d.

Foto: Autor desconhecido.

Fonte: MEPE/acervo Carlos Estevão de Oliveira.

Mesmo sem uma estrutura física adequada, diante da urgente necessidade de processamento das raízes de mandioca, em novembro de 1955 os Xukuru-Kariri produziram 700 kg de farinha. No aviso do Posto Irineu dos Santos, a significativa quantidade foi registrada como saldo para o mês seguinte. Contudo, a produção alimentícia não foi distribuída para os indígenas, muito menos, revertida em dinheiro para aquisição de insumos agrícolas¹⁴. Embora tenham sido “estocadas” para posteriores consumos, o aviso de dezembro do mesmo ano não registrou as reservas de farinha¹⁵, gerando um impasse entre o registro oficial e a destinação final de um dos principais alimentos no cotidiano da Aldeia Fazenda Canto.

Outros produtos essenciais para a alimentação dos indígenas foram estocados em novembro de 1955 e, misteriosamente, não foram registrados como reserva disponível no aviso de dezembro do mesmo ano. Como, por exemplo, de 110 litros de leite, 2.100 kg de feijão mulatino, 132 sacos de milho, com 60 kg cada; e 1.320 kg de fava¹⁶. A falta de alimentos essenciais para o cotidiano indígena dificultava a estada na Aldeia Fazenda Canto e aumentava substancialmente as possibilidades dos Xukuru-Kariri adquirem patologias graves, ocasionadas por subalimentação¹⁷.

Após dois anos de sucessivos pedidos, a IR-4 resolveu atender às reivindicações e, em janeiro de 1957, foram iniciadas as obras de construção da casa de farinha. No transcorrer de alguns dias, “muito oportunamente” esteve “em visitas de inspeção neste Pôsto Indígena o Snr. Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da 4ª I.R. que demorou-se vários dias, mantendo contacto direto com os índios e vendo de perto as suas necessidades”¹⁸.

Nove meses após a visita do dirigente da IR-4, as obras para construção da casa de

¹⁴Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de novembro de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 169. Planilha 01, Fotog. 151-152.

¹⁵Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de dezembro de 1955. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 169. Planilha 01, Fotog. 153-154.

¹⁶Idem; Op. Cit.

¹⁷Os “sumiços” de bens e produtos pertencentes aos indígenas não aconteciam isoladamente entre os Xukuru-kariri. O Relatório Figueiredo, elaborado para apurar as irregularidades do SPI, evidenciou o enriquecimento ilícito de muitas pessoas vinculadas às administrações regionais e locais daquela instituição em outros postos indígenas. Para mais informações, consultar: (UBA; SILVA; WITTMANN, 2014).

¹⁸Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de janeiro de 1957. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 169. Planilha 02, Fotog. 142-143.

farinha estiveram paradas e um novo requerimento foi realizado, com a finalidade de resolver um crítico momento de secas influenciando diretamente no convívio social na Aldeia Fazenda Canto e agravando a alimentação dos aldeados com a falta de cereais e suspensão na ordenha das vacas e desaleitamento dos bezerros¹⁹, resultando em mortalidade infantil e desnutrição crônica.

Embora a produção agrícola houvesse resistido ao período de chuvas irregulares, em maio de 1958 o Posto Irineu dos Santos registrou a baixa de seis reses, mortas por falta de pastos²⁰. No mesmo período, foram produzidos 100 kg de farinha e um apelo para finalização da unidade de processamento da mandioca, em decorrência das reiteradas idas dos indígenas ao centro urbano em Palmeira dos Índios para comprar “cereais”: “os terrenos são bons para plantios de mandioca, e a maioria dos índios compra farinha de mandioca no comércio. A maioria trabalha á particular e com o resultado de trinta cruzeiros diários compram cereais”²¹.

A falta de uma estrutura funcional que, efetivamente, revitalizasse o solo da Aldeia Fazenda Canto para as condições dignas de trabalho nas cercanias do Posto Irineu dos Santos forçava os indígenas a exercerem atividades laborativas para fazendeiros locais, pagas com irrisórias somas de dinheiro. Na prática, a desassistência estatal, como uma das partes lógicas do modo de produção capitalista, favorecia a manutenção de regimes de trabalho com elevadas jornadas e ausência de remuneração compatível com as funções desempenhadas. Esse não foi um caso isolado. Sobre os indígenas Jiripankó, Amaro Leite da Silva (2005) escreveu: “As pessoas válidas para o trabalho deslocam-se, pois não há viabilidade para a economia local gerar postos de modo significativo e nem responder com o aporte de renda necessária” (SILVA, 2005, p. 69).

Entre os Xukuru-Kariri, para contrapor o regime trabalhista em fazendas, os indígenas resistiam desempenhando funções na casa de farinha, pois, além da estrutura física, representava uma série de atividades, desde o plantio das manivas até a produção da farinha. A colheita da mandioca fortalecia, rigorosamente, a participação masculina, pois, por ser uma atividade mais rústica, os homens arrancavam as raízes e as tiravam dos caules. Tratando-se

¹⁹Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 02 de outubro de 1957. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 169. Planilha 02, Fotog. 159.

²⁰Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 02 de maio de 1958. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 169. Planilha 03, Fotog. 74.

²¹Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de maio de 1958. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 169. Planilha 03, Fotog. 76.

de uma função minuciosa, a raspagem das mandiocas era atividade essencialmente das mulheres, geralmente realizada nos terreiros da casa de farinha e na companhia de crianças, registrado na fotografia apresentada a seguir:



Raspagem de mandioca no Posto Indígena Irineu dos Santos, s/d.

Foto: Autor desconhecido.

Fonte: MEPE/acervo Carlos Estevão de Oliveira.

A partir da formação da Aldeia Fazenda Canto, em maio de 1952, o período invernos de 1958 se configurou como o mais agravado, chegando a mísera margem de 755,1 milímetros anuais, regime equiparado a incidência de dois ou três meses em anos com proveitosa densidade pluviométrica²². Mesmo com a ausência de chuvas regulares, em julho de 1958 os indígenas semearam 120 kg de feijão comum; 200 kg de algodão; 180 kg de feijão “pau” (localmente conhecido como “de corda”); 1.750 m² com sementes de verduras diversas e 15.000 m² com plantações de “manivas” (sementes de mandioca), superando os históricos de produção tuberosa em épocas precedentes²³.

Após o sucesso obtido com a semeadura das manivas, as plantações de mandioca e macaxeira foram divididas em duas partes, ficando a maior delas, correspondente a 10.000 m², sob posse dos indígenas. Os outros 5.000 m² foram transformados em propriedade particular do Posto Irineu dos Santos²⁴, embora a administração do SPI na localidade não

²²Ver: (BRASIL, 1990, p. 33).

²³Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de julho de 1958. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 169. Planilha 03, Fotog. 78.

²⁴Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de

houvesse resolvido por definitivo a degradante situação da casa de farinha e a falta de melhores condições de vida para os indígenas²⁵.

Em “telegrama urgente”, enviado à IR-4 em setembro de 1962, Mário da Silva Furtado discriminou alguns imóveis insalubres pertencentes ao Posto Irineu dos Santos, propagadores de patologias infecciosas, como a doença de Chagas, dentre os quais:

Existem este Posto vg seguintes dois pt uma casa taipa e telha em péssimo estado de conservação avaliada CR\$: 60.000,00 vg uma casa de farinha de alvenaria e tijolos necessitando grandes reparos gf avaliada em CR\$: 90.000,00 e uma casa de alvenaria e telhas para aulas avaliada em CR\$: 70.000,00²⁶.

Em abril de 1963, foram iniciadas as obras para reformar a casa de farinha²⁷, concluídas com a construção de um novo forno e implementação de “trilhos de aço” para melhor atender as necessidades laborativas e gerar renda, inexistente nos registros oficiais do Posto Irineu dos Santos desde a ausência de funcionamento da referida unidade produtiva, em 1962. Entretanto, dois equídeos registrados em nome dos indígenas e utilizados para o transporte pessoal e de mercadorias, inclusive da farinha produzida, foram subtraídos pelo SPI e incorporados ao “Patrimônio Nacional” com a justificativa de haverem sido pagos com recursos da União²⁸.

Portanto, a subtração de animais utilizados pelos indígenas ampliou conflitos visíveis nas relações sociais com o Posto Irineu dos Santos e fortaleceu as mobilizações para os indígenas reivindicarem condições dignas de vida em um cenário insalubre e hostil instaurado na Aldeia Fazenda Canto. Ao que indica a documentação analisada, que a apropriação dos equídeos fora realizada para restringir o poder locomotivo dos indígenas e exercer plenamente o domínio dos aspectos produtivos, geradores de renda no Posto Indígena.

Os níveis de organização e gestão local variavam de acordo com os interesses estatais e particulares dos administradores do Posto e dos Xukuru-Kariri, emaranhado de ações

outubro de 1958. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 169. Planilha 03, Fotog. 82.

²⁵Contudo, quando o plantio se revertia em produção final, o Estado se apropriava da maior quantidade de sacos de farinha. Conforme evidenciou-se em vários documentos consultados.

²⁶Telegrama de Mário da Silva Furtado para Ramundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Palmeira dos Índios, 19 de setembro de 1962. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 169. Planilha 05, fotog. 28.

²⁷Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de abril de 1963. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 169. Planilha 05, Fotog. 174-175.

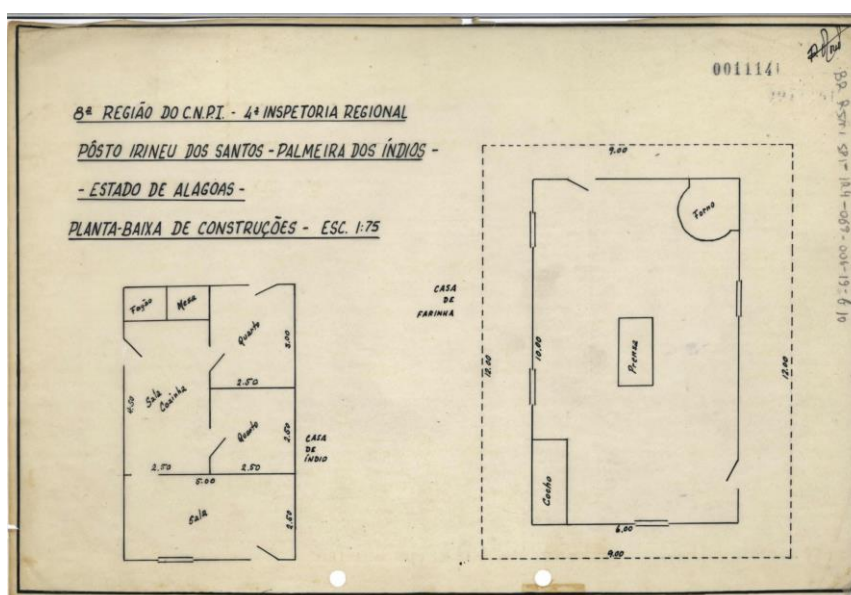
²⁸Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de setembro de 1963. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 169. Planilha 05, Fotog. 39-40.

definidas pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira como “situação histórica”:

Uma situação histórica se compõe de um conjunto determinado de atores e forças sociais, cada um desses provido de diferentes recursos, padrões de organização interna, interesses e estratégias. A intenção primeira é de proceder a um inventário de elementos com referência empírica direta e suas características, em um segundo momento buscando apreender as regras por meio das quais se imprime uma ordem ao relacionamento desses agentes, definindo-se as condições e o alcance de possíveis alianças e de áreas de conflito (OLIVEIRA, 2015, p. 49).

Em muitas situações históricas evidenciadas ao longo das pesquisas, a reivindicação de melhorias na distribuição de recursos e equilíbrio assistencial implicava na relação entre a vida social e as unidades de produção material, cuja matriz de trabalho era centrada na mão de obra dos Xukuru-Kariri. Muitas vezes, os pedidos para a construção de casas e distribuição de medicamentos estavam atrelados e/ou precedidos de cobranças no arranjo de instituições possibilitando o uso da força de trabalho dos indígenas.

Um relatório produzido em 1965, detalhou os espaços de convívio social e, primordialmente, a produção de “braços” disponíveis para o árduo trabalho no Posto Irineu dos Santos²⁹, tomando como base o redesenho da planta baixa da casa de farinha, embora fosse regimentada por uma simplória estrutura, aparelhada ao modelo de moradia dos indígenas, conforme consta na imagem a seguir:



Planta baixa da casa de farinha da Aldeia Fazenda Canto em 1965.

²⁹Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos, elaborado pela equipe do Nordeste do Conselho Nacional de Proteção aos Índios Ney Land. S/I. Palmeira dos Índios, 30 de abril de 1965. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 169. Planilha 06, fotog. 293-301.

Elaboração: equipe do Nordeste do Conselho Nacional de Proteção aos Índios Ney Land.
Fonte: Museu do Índio/RJ³⁰.

Em abril de 1966, o padre holandês Ludgero Raaijmakers requisitou a instalação de rede elétrica na Aldeia Fazenda Canto, justificando ser de grande interesse dos aldeados e informando que a área indígena estava localizada no entreposto entre Palmeira dos Índios e Quebrangulo, área de abrangência que previa a execução de um projeto para passagem de eletrificação pela Companhia Energética de Alagoas (CEAL)³¹. A requisição da instalação de energia na aldeia mostrou como indígenas e aliados atuavam barganhando recursos para a melhoria da localidade, uma vez que a fiação elétrica passaria pela Aldeia Fazenda Canto e dependeria de autorização dos Xukuru-Kariri.

Fomentada como “avanço” social a partir da transição entre o modelo tradicional da mandiocultura e a produção “modernizada”, com o uso de motores facilitando o processamento e trituração das raízes de mandioca, a energia elétrica foi instalada na unidade produtiva de farinha em abril de 1967³² e usada comunitariamente pelos indígenas Xukuru-Kariri. Portanto, as relações de trabalho e os significados das instituições que compunham o cenário político-social na Aldeia Fazenda Canto eram dimensionados a partir do jogo de interesses de ambos os atores envolvidos no aldeamento: os indígenas e o Estado.

Embora a casa de farinha formasse uma estrutura fisicamente debilitada, incapaz de atender aos interesses de produção em média e longa escala, servia como símbolo das demandas sócio-políticas pelos Xukuru-Kariri. A farinha foi um alimento tão importante para os indígenas que um estudo publicado pelo professor Clóvis Antunes em 1965 evidenciou a precariedade habitacional na Aldeia Fazenda Canto e, mesmo após 13 anos de instalação na localidade, os indígenas continuavam consumindo-a e requisitando reparações na casa de farinha local.

Considerações finais

Ao longo dos anos, a casa de farinha na Aldeia foi um importante meio de construção da autonomia Xukuru-Kariri, alicerçada na produção financeira e alimentícia, revertida em

³⁰Ibidem.

³¹Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 20 de abril de 1966. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 169. Microfilme 167, fotog. 1215-1219.

³²Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de abril de 1967. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 169. Planilha 06, Fotog. 261-262.

alternativas de dirimir a pobreza e a condição de vulnerabilidade, em decorrência da insuficiente estrutura geracional criada pelo SPI no Semiárido alagoano. Em algumas das situações citadas, a referida indústria mandiocultora foi operada durante seis meses ininterruptos, como em 1958, por exemplo. Assim, é que a casa de farinha foi apropriada pelos indígenas como espaço dialógico, versado na ampliação da resistência, face à política integracionista alardeada pelo Estado.

No jogo de interesses, o Posto Irineu dos Santos mostrava-se contrário aos discursos de inexistência indígena ou de ociosidade produtiva que ecoava nas rádios, respeitáveis meios de comunicação local. Para os dirigentes, fazia-se necessário mostrar os Xukuru-Kariri como detentores de vigor e potencial para o trabalho, embora nem sempre correspondesse as situações vivenciadas em meio aos surtos epidêmicos e elevado grau de miserabilidade, provocado pela fome e exploração exercida pelos administradores locais, pautada em uma política integralista e segregacionista imposta através de ações e decisões do SPI.

A casa de farinha era, pois, um reflexo da tênue relação existente entre o SPI e os Xukuru-Kariri. Se para o Estado, desequipar as poucas instituições geradoras de renda limitava a autonomia dos “tutelados”, face as mínimas possibilidades de arrecadação financeira. Como contraponto a esse cenário, os indígenas reivindicavam melhorias estruturais no território recém habitado, pois consideravam a aldeia como símbolo do reconhecimento oficial.

Referências:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul.** São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Luiz Sávio de; *et al.* **Resistência, memória, etnografia.** Maceió: EdUFAL, 2007. (Coleção Índios do Nordeste: temas e problemas. Vol. VIII).

ANTUNES, Clóvis. **Comportamento bio-social de um grupo étnico de Alagoas: “os Chucurus de Palmeira dos Índios”.** Tese ao Concurso de Catedrático do Magistério do Exército, 1965, p. 06. (Datilografado). (Disponível no acervo do GPHIAL).

ANTUNES, Clóvis. **Wakona-Kariri-Xukuru: aspectos sócio-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas.** Maceió: Imprensa Universitária, 1973.

BEZERRA, Deisiane da Silva. **Com os índios: Padre Alfredo Dâmaso, os Fulni-ô e as mobilizações indígenas no Nordeste.** Maceió: Editora Olyver, 2020.

BRASIL. **Dados pluviométricos mensais do Nordeste: estado Alagoas.** Recife: SUDENE,

1990.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. **Os caminhos da aldeia: índios Xukuru-Kariri em diferentes contextos situacionais.** Recife: UFPE, 1994 (Dissertação Mestrado em Antropologia).

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Regime tutelar e faccionalismo: política e religião em uma reserva Ticuna.** Manaus: UEA, 2015.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá.** João Pessoa: UFPB, 2013 (Dissertação Mestrado em Antropologia).

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá.** Maceió: Editora Olyver, 2019.

ROCHA, Adauto Santos da. **Xukuru-Kariri: migrações, cotidiano e dimensões do trabalho indígena em Alagoas e no Sudeste do país.** Maceió: Editora Olyver, 2020.

SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos.** Lisboa: Editora Letra Livre, 2013.

SILVA, Amaro Hélio Leite da. **Serra dos perigosos: o encontro entre índios e revolucionários de esquerda no Alto Sertão de Alagoas (década de 60).** Maceió: UFAL, 2005 (Dissertação Mestrado em Sociologia).

SILVA, Amaro Hélio Leite da. **Serra dos perigosos: guerrilha e índio Sertão de Alagoas.** Maceió: EdUFAL, 2007. (Coleção Índios do Nordeste: temas e problemas. Vol. VII).

SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959 – 1988.** Recife: EdUFPE, 2017.

SILVA, Maria Ester Ferreira da Silva. **A (des)territorialização do povo Xukuru-Kariri e o processo de demarcação das terras indígenas no município de Palmeira dos Índios – Alagoas.** Aracaju: UFS, 2004 (Dissertação Mestrado em Geografia).

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando sentidos: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste alagoano.** Salvador: UFBA, 2007 (Dissertação Mestrado em História Social).

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando sentidos: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste alagoano.** Maceió: EdUFAL, 2013. (Coleção Índios do Nordeste: temas e problemas. Vol. XV).

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRES, Luis B. **A terra de Tilixi e Tixiliá:** Palmeira dos Índios séculos XVIII e XIX. Maceió: IGASA, 1973.

UBA, Felipe de Oliveira; SILVA, Luiza Tonon; WITTMANN, Luisa Tombini. Relatório Figueiredo, fraudes e corrupção em terras indígenas: casos do Posto Indígena Selistre de Campos (Xanxerê/SC). In: XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”, 2014, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2014, p. 1-15.